

Governo recua e faz novo gesto a evangélicos com isenção fiscal a igrejas

Fazenda e AGU selam acordo com bancada, e salários para atividades vocacionais em instituições e templos não terão desconto de tributos

VICTÓRIA ABEL
victoria.abel@oglobo.com
arquivo



Acordo. Haddad, ao centro, com membros da bancada evangélica no Ministério

Em um gesto ao segmento religioso, a Advocacia-Geral da União (AGU) e integrantes do Ministério da Fazenda chegaram a um consenso com a bancada evangélica para retomada do Ato Declaratório Interpretativo (ADI), mecanismo que amplia a isenção fiscal sobre a remuneração de líderes de igrejas. A negociação ocorre em meio à queda da popularidade do governo Lula entre fiéis de denominações pentecostais.

Após o diálogo, o texto acordado será reeditado com maior detalhamento para garantir que o benefício seja estendido para diversas "atividades vocacionais". Isso significa que um pastor ou padre ficará livre do desconto de impostos ao ser remunerado por aulas dominicais ou cursos religiosos. Hoje, a remuneração pela pregação em cultos e missas já é livre da taxa.

A publicação da nova edição pode ocorrer nos próximos dias pela Receita Federal. Por lei,

as igrejas não precisam pagar imposto previdenciário sobre o salário dos religiosos. A mudança da norma visa justamente à ampliação do benefício para as atividades extras dentro das instituições.

Os líderes religiosos, porém, seguem obrigados a pagar impostos como qualquer cidadão, declarando Imposto de Renda e sobre o consumo.

Em janeiro, a Receita suspendeu um ato do governo Jair Bolsonaro que garantiu a desoneração da folha de pagamento das igrejas para servi-

ços adicionais prestados por lideranças religiosas. Ajustificativa era de que não estava claro se a ADI também estendia o benefício fiscal para demais funcionários das instituições. Aquela quem vinculou empregaticio, pagam as obrigações comuns — disse o deputado federal e ex-prefeito do Rio Marcelo Crivella (Republicanos-RJ).

TETO PARA ISENÇÃO

Agora, o objetivo do novo texto é deixar claro que profissionais contratados para outras atividades, como administrativas, limpeza ou serviços advocatícios, serão tributados. O texto foi apresentado a deputados e senadores da Frente Parlamentar Evangélica, que terminam de analisar a

sugestão para o aval final.

— A nova ADI é muito semelhante à anterior, mas ela deixa claro que os benefícios valem apenas para os vocacionados, e não para para os funcionários contratados. Aquela quem vinculou empregaticio, pagam as obrigações comuns — disse o deputado federal e ex-prefeito do Rio Marcelo Crivella (Republicanos-RJ).

Durante a negociação com a bancada evangélica, o governo pediu também aos parlamentares que limitasse os salários isentos. A ideia é que quem recebe acima de 70% do mon-

te pago a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) seja descontado de impostos.

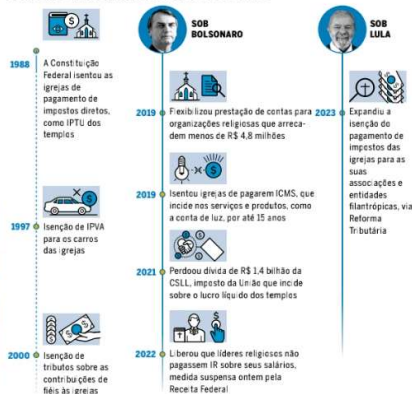
O governo considera a limitação de valor um dos pontos mais importantes da medida, para evitar que lideranças com altas remunerações fiquem livres de taxa. Um ministro do Supremo ganha hoje aproximadamente R\$ 39 mil, limitando o salário de religiosos sem os descontos a R\$ 27 mil.

— Foi proposto que as igrejas não precisem recolher 20% de impostos sobre salários de vocacionados, desde que o maior salário pago seja de no máxi-

mo 70% de um salário de ministro do STF. Acho que não tem problema nenhum. Isso valeria a partir do ano que vem, com a aprovação do projeto de lei — disse Crivella.

Em outra frente, o governo também deve facilitar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia benefícios fiscais das igrejas, que pode ser votada na próxima semana pela Câmara. O projeto prevê o fim da cobrança de tributos sobre bens e serviços comprados ou contratados por templos de qualquer religião.

BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS AO LONGO DOS ANOS



SOB
BOLSONARO

SOB
LULA

No site do GLOBO você encontra muito mais que informação.

Notícias em tempo real para
você, nosso assinante, se
atualizar ao longo do dia.

- Encontre as notícias que você procura com rapidez e facilidade;
- Ampla cobertura de notícias nacionais e internacionais;
- Opiniões e análises de mais de 50 colunistas;
- Conteúdos diversos: vídeos, imagens, jogos e infográficos.



Aponte o seu celular para o
QR Code e acesse agora.

www.oglobo.com.br

Assinantes O Globo impresso 7 dias ou combo impresso / digital têm acesso a todo este conteúdo.
Quer saber mais? Fale com O Globo pelo o WhatsApp (21) 4002-5300.

O GLOBO